



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

O PERFIL DOS PETS DA UERJ: aprendizados múltiplos, trabalho coletivo e permanência

CAMILA FERREIRA DA SILVA ¹
BRUNO HIAGO DOS SANTOS FERREIRA ¹
ROSIANE BETTECHER DA SILVA ¹
LARISSA GONÇALVES GOMES ¹

Resumo:

Neste artigo trazemos as reflexões acerca do perfil dos alunos/as/es dos PETS da UERJ, sendo eles: PET Geografia, PET Odontologia e PET Serviço Social. Este trabalho é parte de uma pesquisa maior, realizada pelo PET Serviço Social UERJ² denominada “Educação Superior: acesso e permanência”.

Palavras-Chave

Permanência Estudantil; Programa de Educação Tutorial; Educação Superior.

Resumen

En este artículo trazamos las reflexiones sobre el perfil de los estudiantes de los PETS de la UERJ, a saber: PET Geografía, PET Odontología y PET Servicio Social. Este

¹ Estudante de Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

² Programa de Educação Tutorial é um programa do Governo Federal, subsidiado pela tríade: Pesquisa, Ensino e Extensão. O PET é subordinado à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação.

trabajo forma parte de una investigación mayor realizada por el PET Servicio Social UERJ denominada “Educación Superior: acceso y permanencia”.

Palabras Claves

Permanência do Aluno; Programa de Educação Tutorial; Ensino superior.

INTRODUÇÃO

A compreensão dos PETs, suas características, potencialidades e demandas passa pelo conhecimento do seu perfil estudantil e de seus tutores, das instituições onde o trabalho se desenvolve e das conjunturas em que o programa se inscreve. Reconhecendo a relevância desta experiência, neste artigo vamos discutir o perfil dos estudantes petianos/as e os impactos do PET na permanência estudantil na UERJ.

Em nossa hipótese partimos da ideia da relevância da bolsa – que apesar de demandar reajuste e ter datas de pagamento instáveis -- apoia economicamente estudantes petianos/as, mas vamos além desta constatação. Queremos pensar na importância do aprendizado no cotidiano do PET e das vivências proporcionadas no Programa para o usufruto da experiência universitária e para a permanência estudantil. Assim, queremos refletir sobre o quão significativo é o suporte proporcionado pela experiência petiana no fortalecimento do aprendizado, na descoberta e usufruto do espaço universitário e, também, no pertencimento material e simbólico (SANTOS, 2009) à vida acadêmica.

Para subsidiar esse estudo traçamos perfil dos estudantes petianos/as da nossa universidade, relacionando-o às reflexões da nossa pesquisa denominada “Educação Superior: acesso e permanência”. Para tanto, foram encaminhados questionários virtuais a todos os petianos/as entre fevereiro e março de 2020, já no contexto da pandemia e do isolamento social.

Consideramos que este estudo é dotado de relevância social, especialmente em uma conjuntura em que a universidade pública, nacionalmente, sofre com cortes de verbas, ataques à ciência, em especial às Ciências Sociais e Humanas, desconsiderando o papel relevante de ambas as áreas de conhecimento na construção de um país que pensa, constrói políticas sociais de qualidade, democráticas e redistributivas, em diálogo com as demandas reais da população.

Entendemos que estar, concretamente na universidade pública vai além de conseguir uma vaga e estar matriculado na mesma. Por isso, nossa motivação neste estudo é pensar a relevância do PET na permanência estudantil, material e simbólica, de modo a contribuir com análises neste campo e, quiçá, com a elaboração de políticas futuras para efetivamente estar na universidade.

Em termos de metodologia construímos um estudo exploratório quali-quantitativo em que a relação entre sujeito e objeto é intensa e implicada, pois quem pesquisa possui vivências comuns com o estudado. Em outras palavras, somos petinos/as conhecendo o perfil e a experiência de estudantes na mesma condição. A construção deste conhecimento é, portanto, implicada, coletiva, dotada de proximidade/identificação entre quem pesquisa e quem é pesquisado (PRATES, 2012), fundamentada em princípios éticos do Serviço Social e da pesquisa.

Assim, como seres sociais em diálogo com outros seres sociais, estamos entrelaçados em nossa experiência comum de formação – a condição de estudantes petianos/as, jovens em suas primeiras vivências na Educação Superior, matriculados em uma universidade pública, pioneira nas cotas, mas dotada de apenas três grupos PET. Essa proximidade nos une, mas não deixa de lado as particularidades de cada grupo.

Nosso objetivo é conhecer o perfil e a realidade da permanência dos petianos/as - sob a perspectiva da criticidade, tentando ir além do que é aparente, isolado e individual. Desejamos saber um pouco mais sobre quem são esses estudantes e de forma breve, quais são suas origens e como permanecem na UERJ, considerando as contradições contidas nestes processos, em especial em uma universidade que pratica cotas e recebe cerca de 33% de estudantes oriundos desta experiência (CAIAC, 2019), apesar de 45% de reserva de vagas para este grupo.

A teoria que nos orienta faz a crítica da nossa sociedade desigual, em que direitos fundamentais, inclusive educacionais, são negados à juventude trabalhadora e periférica. Falamos do marxismo que possui capacidade de revelar a sociedade capitalista em sua historicidade, totalidade, dinamicidade, contradições, sua desigualdade e exploração fundantes, bem como pela possibilidade de reconstruir as múltiplas, intrincadas determinações e mediações que compõem o nosso objeto (MARX, 1985). Esta forma de conhecer nos apoia na compreensão das condições sociais concretas em que o PET se constrói e as forças que constituem este processo. Nesta perspectiva, produção de conhecimento, análise e luta política por uma sociedade menos desigual estão, profundamente, intrincados.

Finalizando o percurso metodológico de elaboração do nosso estudo, destacamos nosso diálogo com autores da educação e do Serviço Social , entre eles Frigotto

(1993) falando da produtividade da escola improdutiva, Zago (2006) refletindo sobre os filhos da classe trabalhadora na educação superior e Lima (2013) e Seki (2021) tratando da recente expansão precarizada desse segmento educacional.

Para materializar a nossa análise distribuímos 44 questionários aos petinaos/as dos grupos da UERJ, mobilizando-os via internet para adesão à pesquisa, visto que já estávamos em isolamento social. Obtivemos 30 respostas, o que nos dá 68,1% da amostra total. Trabalhamos com os eixos “renda família e trabalho, identidades e condições para permanência”.

Assim fundamentados com dados e pela teoria, realizaremos o nosso estudo refletindo sobre a sociedade contemporânea, a política de educação, com destaque para a universidade, as condições de permanência e o perfil dos PETs.

1 – O contexto da Universidade brasileira

Os avanços advindos das lutas sociais que culminaram na redemocratização da sociedade brasileira nos anos 1980, impactaram positivamente na educação, especialmente no nível fundamental, em suas séries iniciais. Os demais segmentos educacionais possuem lacunas na permanência e no acesso, compondo um quadro de efetivação de uma política tardia, pois somente foi implementada ao longo do século XX, incompleta visto que nossos níveis educacionais são baixos -- 16% dos brasileiros/as possuem Educação Superior -- se comparados a países de economia similar e implementada de modo desigual, visto que a educação desenvolvida em territórios mais ricos, difere de territórios mais pobres.

Vale destacar que a ampliação da escola pública é um fenômeno urbano que se expande gradualmente, após 1930. A escola básica se expande nas capitais e vai se tornando uma instituição visível e importante na vida social. A ditadura civil-militar de 1964 ataca fortemente essa instituição, ainda em expansão, por meio do seu desfinanciamento (SAVIANI, 2008). Por sua vez, a educação superior privada foi expandida neste mesmo período pela ampliação destas instituições (DAHMER, 2010) com destaque para o modelo dos Centros Universitários.

De fato, é preciso lembrar que a universidade brasileira tem vida recente, datando somente do século XX, enquanto em outros territórios latinoamericanos as instituições universitárias são bem mais antigas, como no Perú, Santo Domingo, Cidade do México (Sec XVI), Bogotá e Assunção (Sec XVIII), por exemplo. No Brasil, como nos diz Schwarcz e Starling (2019) a criação de estabelecimentos nacionais isolados datam da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Nesse contexto são criadas as primeiras instituições de formação superior: as Escolas de Cirurgia e Anatomia da Bahia e do Rio de Janeiro, que são marcos desse nível de

ensino.

A criação tardia das universidades no Brasil e os históricos baixos níveis de acesso à educação por parte dos filhos da classe trabalhadora – nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação data de 1961 – reservou por muito tempo o Ensino Superior para poucos, em um país fez sua industrialização, sem escolarização (CUNHA, 2000). Dessa forma, a Educação Superior nasce para quem vive nos castelos e segue encastelada em práticas conservadoras e posturas verticalizadas, que desconsideram saberes populares e dos povos originários. Nossa universidade, portanto, nasce branca, nas regiões mais ricas, urbanas, eurocentrada em termos de conhecimento, frequentada por jovens oriundos das elites e das camadas médias urbanas no século XX. Processos democráticos mais recentes tendem a tensionar este encastelamento, mas a tradição resiste e é bom dizer que a pandemia fortalece a elitização, diante das dificuldades de permanência para estudantes pobres.

De fato, Florestan Fernandes (2001), trazendo importantes reflexões sobre a universidade brasileira, nos diz que a educação quando não é massacrada pela ignorância, é pela escassez de recursos. Tal afirmação nos remete à contemporaneidade na qual as universidades brasileiras vivem corte de verbas que as fere de morte. Decerto, vivenciamos tempos de regressões imensas no campo dos direitos sociais, com destaque para a política de educação. Além dos cortes de verbas acima citados e da intensa mercantilização de serviços, estamos em momento de contrarreformas reacionárias que censuram os debates identitários na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), transformam o ainda não universalizado Ensino Médio em itinerários formativos empobrecidos, que podem precarizar ainda mais a educação pública, impactando nas possibilidades de acesso ao Ensino Superior, ou pelas escolas cívico-militares, que se apoiam na disciplina, na hierarquização e no medo, e, não no conhecimento, no cuidado e no diálogo como estratégia para educar.

Além disso, o pensamento burguês assume as falas de seus representantes como atuais ministros da Economia e até da Educação que afirmam que os pobres não precisam de Educação Superior, referendando o projeto nacional que defendem: formações frágeis, universidade para os ricos, repressão para a juventude pobre e perpetuação de privilégios para os ricos. Complementam esse quadro o aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais na pandemia, a defesa do ensino domiciliar, a negação do pensamento científico e os ataques sofridos pelo pensamento de Paulo Freire, filósofo da educação reconhecido mundialmente, que defende uma proposta pedagógica afetiva e dialógica, fundada na leitura de mundo do educando. São tempos de retrocessos e reacionarismos.

Neste sentido, é sempre oportuno lembrar que a política educacional recente se desenvolve imersa nas contradições dos avanços de poucos governos progressistas

que se desenvolveram conciliando interesses do capital privado educacional, com as pressões por mais educação pública. Neste marco, são desenvolvidos programas de acesso à Educação Superior pela via privada. Trata-se do Programa Universidade para todos (PROUNI/2005), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES/2007), conciliados e combinados com a expansão da educação pública via Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI/2007) que expandiu *campi* e vagas país afora, ainda que de forma precária, em equipamentos incompletos e com falta de docentes.

Ressalta-se que essas conquistas foram fruto da pressão dos movimentos sindicais, partidários e populares, os quais tinham como demanda a expansão das universidades que atendessem áreas ainda não contempladas pelo ensino superior público, o que se deu por meio do Movimento Pró-Universidade, ação de 2005, do primeiro governo Lula da Silva (ZAGO et. al, 2016). É preciso reconhecer esses avanços, mas também considerar as contradições contidas neste processo. Neste sentido, crescemos na ampliação do acesso, mas defendemos a importância de que esse se deva se dar pela via pública. Em meio às contradições deste processo é preciso ressaltar e defender ações recentes na educação, como resultados dos processos de democratização da sociedade brasileira e das lutas sociais (PIOVESAN, 2005), com destaque para o movimento negro: falamos das ações afirmativas que ascendem em 2003 e da assistência estudantil em 2007.

Trazendo, novamente, aos dias atuais, lembramos que o golpe de 2016 aprofunda a precarização dessa política. Os ataques às universidades, seja no campo ideológico, com sua desqualificação como instituição formadora, ou por meio de seu desfinanciamento, são notórios. Neste sentido, a defesa da universidade pública e das políticas de acesso, permanência e da ciência são formas de resistência importantes.

Esse quadro de desqualificação da educação, especialmente a superior, tem sido agravado pela pandemia e seu isolamento social, medida importante para evitar a contaminação, especialmente em um país que não investiu adequadamente em vacina e em medidas preventivas, que decidiu por popularizar o chamado Ensino Remoto Emergencial, formato que deixará lacunas importantes na formação brasileira, já que o aprendizado é experiência coletiva, dialogada, próxima e presencial. As sequelas geradas por esse processo remoto demandarão políticas públicas para seu enfrentamento – especialmente para enfrentar questões relativas ao aprendizado e à evasão -- e trarão novas necessidades à educação pública.

É importante abrir debate sobre a universidade em que nosso PET se desenvolve e onde nosso estudo acontece. A UERJ nasce em 1950, como UDF – Universidade do Distrito Federal -- a partir da fusão da Faculdade de Ciências Econômicas, de

Direito, de Filosofia e de Ciências Médicas (UERJ, 2020). Esta instituição educacional que recentemente completou 70 anos é pioneira na política de cotas e historicamente tem recebido estudantes trabalhadores em seus cursos noturnos. Esta mesma universidade construiu uma experiência *sui generis* de assistência estudantil (na qual todo cotista, desde o seu ingresso, será bolsista e este suporte o acompanhará ao longo de toda a formação, com avaliações a cada dois anos). Esta universidade que se propõe a ser uma instituição diversa e popular e demanda estudos sobre seu público estudantil. Esse texto busca contribuir com essa tarefa.

Por fim, queremos problematizar a permanência. A universidade pública como expressão das relações sociais estabelecidas na sociedade brasileira é constituída pelas condições contraditórias da nossa formação social: colonialismo, escravismo, patriarcado, patrimonialismo, proteção social tardia. Tal instituição nasce para poucos, como discutimos no item anterior, atendendo aos interesses da burguesia. A classe trabalhadora vai demandá-la ao longo do século XX, especialmente, a partir da década de 1950, mas terá dificuldades em ingressar e permanecer (ROSA, 2014). Na primeira década do século XXI políticas de acesso e permanência trouxeram um público que, historicamente, não ingressava nas instituições universitárias públicas e quando isso ocorria, a sua permanência era complexa e recortada pela impermanência.

Zago (2006) aborda as dificuldades de permanência na educação superior de estudantes mais pobres e, apesar de tratar de uma realidade do sul do país, fala de um contexto assemelhado ao que vivemos na UERJ, a pioneira nas cotas, mas onde as dificuldades de conciliação trabalho-estudo, de deslocamento até a universidade e em relação à alimentação no ambiente formador, estão presentes, apesar de avanços na assistência estudantil.

Além disso, ainda em diálogo com a citada autora, as exigências relativas aos estudos universitários, à dedicação às atividades acadêmicas, limitações quanto à necessária autonomia estudantil, nem sempre experimentada em outros níveis de formação, bem como eventuais lacunas de aprendizado trazidas de anos anteriores ao ingresso na Educação Superior, são questões importantes e demandam respostas. Assim, problemas de ordem material, pedagógica e de condições para pertencer impactam na permanência.

Para além destas questões, ingressar na universidade significa compartilhar de práticas e de um caldo de cultura acadêmica, marcada de rituais e falas desnecessariamente empoladas, por vezes desconhecidas e distanciadas dos filhos da classe trabalhadora. Por isso, para o pertencimento se efetivar é preciso encontrar pares, sujeitos com os quais haja reconhecimento mútuo, dotados de origens e vivências comuns, que partilhem falas sobre realidades experimentadas na pele. Portanto, para permanecer é preciso também identidade, diálogo horizontal e afetivo.

Decerto, os obstáculos que se expressam na vida dos indivíduos quanto ao acesso

e permanência – pobreza, lacunas educacionais, defasagem idade-série, trabalho, entre outros -- são fenômenos coletivos, complexos, decorrentes de uma sociedade profundamente desigual, que ampliou recentemente processos democráticos para acesso à educação – em especial no final na década de 1980 -- mas que a preservou ainda, como um direito não concretizado universalmente, especialmente na Educação Superior. As trajetórias educacionais dos mais pobres são, portanto, marcadas por dificuldades de ordens diversas -- econômica, social e pedagógica -- solicitando a construção de políticas de diferentes ordens para acesso (educação pública de qualidade e política de cotas) e permanência (assistência estudantil, suporte pedagógico e de saúde), em um país que sequer universalizou o Ensino Médio. Portanto, ser estudante no Brasil supõe luta diária, famílias apoiadas por políticas públicas para serem capazes de apoiar seus filhos. Desta forma, é preciso admitir: acesso é luta para chegar e permanência é batalha para finalizar. Neste sentido, pensar em programas de perfil similar ao PET, que envolvam Ensino, Pesquisa e Extensão, apoio pedagógico, práticas horizontais, ambientes de diálogo e bolsa podem ser caminhos para a permanência com qualidade.

2 -Apresentando dados do nosso estudo:

Inicialmente é preciso dizer que nossa pesquisa foi construída no período imediatamente anterior à pandemia, em janeiro/fevereiro 2020 e que quando os questionários foram distribuídos já nos encontrávamos em isolamento social. Assim, estávamos em momento de grande instabilidade, diante de um vírus desconhecido. Assim, agradecer às respostas e ao diálogo realizado a partir daí é uma necessidade.

O estudo abordou a realidade socioeconômica e cultural dos 03 grupos dos programas da UERJ, a saber: Geografia, Serviço Social e Odontologia. Os dados a seguir dizem respeito a estudantes, de um total de 30 petianos/as, concretizando 65,2% de respostas, o que nos parece bastante significativo, especialmente pelo contexto de isolamento.

Segundo os dados coletados trata-se de um grupo de jovens, com concentração de idades entre 22 e 23 anos, 70% se afirmando como mulheres cis, 53% autodeclarados/as brancos/as e 36,3% autodeclarados pretos/as e pardos/as. Neste aspecto racial, na UERJ, é preciso destacar que segundo os dados do relatório estatístico do sistema de cotas de 2020 divulgados pelo DAIAIE (Departamento de Articulação, Iniciação Acadêmica e de Assistência e Inclusão Estudantil), dos/as 23.647 estudantes cotistas, apenas 14,41% ingressaram por cota racial (a cada ano, 20% das vagas são reservadas para os/as autodeclarados/as pretos/as e pardos/as), um número pequeno se comparado ao total da reserva. Entretanto, dentro do PET, esse número se faz mais expressivo, não somente pelo perfil de estudantes do curso de Serviço Social, que tem importante presença autodeclarada negra (BONFIM, SCHEFFER, 2020), mas também pelo fato de praticarmos seleção por cota racial[2].

Pensando na origem social do petiano/a/e indagamos sobre seu perfil familiar. Assim, sobre a escolaridade verificamos que no que diz respeito ao total dos pais, 43,3% completaram o ensino superior e destes, 13,3% possuem pós-graduação. Esta é a maior média educacional relativa aos pais. Por outro lado, 3,3% têm o ensino médio incompleto; 6,7% concluíram o ensino fundamental; 20% têm ensino fundamental incompleto. Além disso, 6,7% dos entrevistados desconhecem a escolaridade dos pais. Depreendemos, portanto, que a escolaridade dos pais é superior à das mães.

Para estas, 23,3% das mães completaram o ensino superior e, destas, 13,3% têm pós-graduação. No nível médio temos a maior escolaridade das figuras maternas: 30%. Temos, ainda, 6,67% que têm o ensino médio incompleto e 13,3% possuem o fundamental incompleto.

Podemos depreender destas análises que os pais e mães dos petianos/as possuem boa média educacional, com destaque para a educação superior. Diante dos dados coletados, produziremos alguns diálogos. De acordo com Zago (2006), a instrução dos pais pode indicar processo de mobilidade escolar em gerações futuras, ou seja, famílias com escolaridades mais altas podem ofertar melhores condições de vida, permitindo que seus filhos possam ter escolaridades de mesmo tipo (embora isso não seja uma equação matemática).

Por outro lado, observando os dados de escolarização dos genitores, percebemos que a média de escolaridade dos pais é maior que a das mães. Por outro lado, apesar da escolaridade no nível superior de pais e mães petianos, podemos perceber que metade dos/as bolsistas fazem parte da primeira geração de seus familiares a ingressarem no ensino superior.

Quanto à renda familiar, tomamos por base o salário-mínimo (SM): 26,7% declaram renda entre 1 e 2 SM; 23,3% entre 2 e 3 SM; outros 23,3% têm a renda superior a 5 SM; 16,7% vivem com 3 a 5 salários mínimos; 10% possuem renda igual ou inferior a 1 salário mínimo.

Somando os dois primeiros grupos de maior quantitativo, podemos destacar que 50% das famílias petianas têm renda média entre 1 a 3 salários mínimos (em 2022, R\$3.120 reais). Segundo o IBGE, em classificação relativa ao poder aquisitivo, este valor coloca importante segmento de famílias do PET na chamada classe D^[3], o que significa um poder de consumo limitado entre R\$2.200 (dois mil e duzentos) a R\$4.400 (quatro mil e quatrocentos) para toda família^[4].

Para além da família de origem, pensando que estudantes universitários, por vezes, moram fora de casa, indagamos o número de pessoas que residem com o/a estudante (e não a composição familiar). Esse dado, portanto, expressará o quantitativo de pessoas com quem os/as petianos/as convivem em seu cotidiano. Verificamos que 26,7% disseram residir com duas pessoas; 26,7% com três pessoas; 20% com uma; 16,7% com quatro; 10% responderam que moram com cinco pessoas. Observa-se que, neste último indicador, foi sinalizado na pergunta

que os/as entrevistados/as considerassem a si mesmos/as ao contabilizar o total de residentes da moradia. Dos dados levantados, depreendemos que 53,4% dos petianos/as/es residem com até 03 pessoas, configurando grupos pequenos de convivência cotidiana.

Passaremos, agora, a analisar os grupos PET da UERJ -- Serviço Social, Geografia e Odontologia -- em suas particularidades, ou seja, segundo os cursos. A universidade conta apenas com 03 grupos, todos financiados pelo MEC, organizados em torno de cursos específicos. Como não têm sido abertos editais pelo Ministério da Educação e a nossa universidade não abriu edital próprio, a UERJ mantém o número de 03 grupos PETs desde 2006, ano de ingresso de criação do PET Serviço Social. Considerando o êxito das experiências PET uerjianas, fica registrada a importância de que a UERJ crie grupos específicos, financiados pela própria instituição. Da mesma forma, destacamos a importância de que o MEC reabra seus editais para novos grupos PET.

Começamos pelo curso de Odontologia, que tem um PET com duas décadas de vida. Obtivemos 8 respostas do PET Odontologia, de um total de 16 estudantes que o compõem. Em relação à renda familiar, as respostas foram categorizadas em três blocos: 1 a 3 SM (50%); de 3 a 5 SM (25%) e mais de 5 SM (25%). Assim, observamos que a renda familiar do grupo gira em torno de 1 a 3 salários-mínimos. Dentre os três PETs UERJ, o de Odontologia é o que possui a maior média de moradores nas residências, estando na faixa de 3 a 4 pessoas. Sobre a escolaridade dos pais observamos que entre as mães, destaca-se o ensino médio (50%). Entre os pais, prevaleceu a resposta para “ensino superior completo” em 37,50% dos entrevistados.

O grupo PET Geografia, também com duas décadas de existência, apresenta um alto nível de escolaridade dos pais: 70% dos entrevistados responderam que estes possuem ensino superior completo (incluindo aqueles com pós-graduação). Esse número se repete quanto à escolaridade das mães: 70% dos participantes disseram que as mesmas possuem ensino superior completo. Esse nível mais alto de escolaridade dos pais influencia na renda mensal familiar dos bolsistas do PET Geografia que gira em torno de mais de 5 SM para 50% dos respondentes. Apenas 20% têm renda familiar de 1 a 2 SM. Podemos observar, por fim, que no curso de Geografia a maioria (60%) dos/as entrevistados/as moram com até 3 pessoas.

No curso de Serviço Social, formado por 12 bolsistas, obtivemos 11 respostas. A renda familiar do grupo está localizada, para 77% dos entrevistados, entre 1 e 3 salários-mínimos. Há também uma expressiva marca de alunos morando com até 3 pessoas, o que representa 88% do grupo. No que diz respeito à escolaridade dos genitores, as mães (81,81%) possuem “ensino médio completo”, sendo 18,18% superior incompleto. Entre os pais desse grupo, foram categorizados três blocos de escolaridade: “Ensino superior completo” 36,36% (3); “Ensino Médio completo” 27,27% (3) e 27,27% (3) para “Ensino Fundamental (completo ou incompleto)”. Desta forma, infere-se que a escolaridade média dos pais no curso de Serviço

Social desse grupo está localizada no Ensino Médio.

Sobre a relevância das bolsas, de acordo com os dados expressos na pesquisa, 46,7% dos/as entrevistados/as relataram que esta contribui para estar na universidade e, entre os 72,7% que se declararam cotistas, a resposta foi de que a bolsa auxilia na sua permanência na universidade. As críticas ao baixo valor das bolsas, à falta de reajuste e aos seus atrasos também estão presentes nas falas estudantis.

Em resumo, observamos que os grupos PET possuem proximidades em seus perfis. São estudantes jovens, em suas primeiras graduações, vivenciando a experiência universitária com o suporte de um programa que lhes confere uma bolsa e um grupo de trabalho para interagir e atuar coletivamente. Provém de grupos de convivência pequenos. Outro ponto em comum é a positividade das vivências no PET para a formação e a caminhada estudantil.

2.1- IDENTIDADES PETIANAS:

O perfil de identidade de gênero e de sexo desses/as estudantes foi traçado a partir da autodeclaração. Foram 30 respondentes, sendo 70% de mulheres cis e 30% de homens cis. Na orientação sexual, atração afetiva-sexual por alguém, 63,3% declararam-se heterossexuais, 20% bissexuais e 16,7% gays. Conclui-se que o número de mulheres petianas é bem superior ao de homens, assim como o número declarado de heterossexuais é superior aos números de LGBTs.

Sobre esses dados é interessante destacar que segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre 2008 a 2018, as mulheres representavam 71,3% das matrículas nas universidades. A universidade é atravessada pelas contradições presentes na sociedade, portanto, machismo e lgbtfobia fazem parte deste cotidiano. A academia não está isenta deste processo contraditório e pode promover violência contra mulheres e a diversidade, afastando LGBTs do ambiente acadêmico. Esse afastamento pode ser decorrente desta violência.

Outra questão sobre a população LGBTQIA+ é o acesso. Será que a população LGBT acessa a educação superior e, mais particularmente a universidade pública? Será que ela tem finalizado o ensino médio e tem buscado os vestibulares? Além disso, que condições essa população tem para permanecer? Que apoios recebe? Como sua identidade é encarada naquele espaço? Esse não pertencimento pode ser o motivo para essa presença em menor número. A discriminação pode gerar processos de exclusão. Muitos ambientes educacionais não estão preparados para lidar com as diferentes expressões que a sexualidade possa vir a assumir. Os

preconceitos podem acontecer de maneira silenciosa, transformando a permanência da comunidade LGBTQIA+ dentro da universidade num ato de resistência.

Por isso, é importante trazer também algumas reflexões sobre o preconceito às expressões que fogem à norma heteronormativa, baseada na cultura patriarcal, presente na nossa sociedade. Neste sentido, o PET Serviço Social inova em 2020, quando realiza seleção com reserva de vagas para estudantes LGBTQIA+ e recebe esse público em seu interior.

Cabe ressaltar que, no questionário, não foram identificados/as travestis ou transexuais em 2020. Assim, deve-se considerar uma possível falta de acesso e/ou evasão por discriminação contra esse público. Portanto, para quem advém de situações de vida complexas, onde a discriminação é a tônica, a permanência na universidade não é simples. Por isso, discutir a permanência deste grupo implica em considerar aspectos que possam contribuir para sua superação, sempre levando em conta os desafios que enfrentam durante a sua permanência.

Importante destacar, ainda, o tema da evasão, em especial nestes tempos pandêmicos. De acordo com Zago et. al (2016), a evasão no ensino superior é causada por diversos fatores que possuem particularidades “[...] pode ser analisada por curso, por instituição ou em relação ao sistema de ensino superior.”(p. 157). Por isso, é considerado um fenômeno complexo e permeado de diversos determinantes com mediações igualmente diversas, que vão de condições materiais à imateriais.

A “evasão por mobilidade”, por exemplo, tem se mostrado um exemplo emblemático de como o estudante universitário não precisa necessariamente sair do sistema para evadir realizando um processo migratório de curso para curso outro, na mesma ou em outra instituição de ensino superior, sem conseguir concluí-los (ZAGO et. al, 2016).

Segundo Lemos (2017) a falta de um sentimento de pertencimento dos alunos cotistas na universidade também pode ser uma forte motivação de evasão, sobretudo em cursos de “prestígio social”. A autora demonstra ainda que as políticas de assistência estudantil são essenciais para permanência desses estudantes. Portanto, suportes como alimentação, moradia, xerox, transporte, materiais acadêmicos são essenciais (LEMOS, 2017).

Reforça-se que as condições materiais possuem um grande peso na permanência no ensino superior, conforme foi elucidado anteriormente, mesmo em universidades públicas: “Um fator importante, e provavelmente o principal, está relacionado à condição socioeconômica, mas há uma gama de outras situações de ordem pessoal, institucional, entre outras [...]”. (Zago et. al *apud* Baggi; Lopes, 2011, p.157). Segundo Lemos (2017) a falta de um sentimento de pertencimento dos

alunos cotistas na universidade também pode ser uma forte motivação de evasão, sobretudo em cursos com “prestígio social” com baixo reconhecimento de que as cotas são reparação histórica.

Por fim, em levantamento informal, é preciso destacar dados atualizados que revelam a presença de evasão nos grupos PETs na pandemia. A motivação observada diz respeito à necessidade de trabalhar em função de queda na renda familiar.

2.2- OS PETs DA UERJ E A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Neste último item abordaremos questões relacionadas à importância do PET e das ações afirmativas como fatores de permanência estudantil na universidade. O tema da permanência nos é muito caro, sendo tema de pesquisa. A pandemia, o isolamento social e o retorno às atividades presenciais suscitam a necessidade de mais estudos neste campo e nosso texto presente ser uma contribuição neste sentido.

Sobre os impactos do Programa na permanência, pudemos destacar duas vertentes de análise: o caráter intelectual, abstrato, que impacta no sentimento de pertencimento e o financeiro, concreto, que abre possibilidades no acesso a recursos materiais. Foi possível perceber a magnitude que o Programa tem no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual e pessoal a que submete quem por ele passa. A exemplo disso, podemos citar a evolução no exercício da escrita, da oratória, o crescimento pessoal através da participação nos eventos oferecidos pelo programa, o conhecimento adquirido tanto na área de formação, quanto em diferentes áreas de interesse social, contribuindo para a formação de um pensamento crítico e cidadão.

Conforme dados obtidos com a pesquisa, quando perguntado sobre a importância do PET para a formação acadêmica e permanência na universidade, foi relatado que a tríade do Programa, constituída por Ensino, Pesquisa e Extensão, possui grande relevância. Assim, entre trinta alunos/as, vinte e sete expressaram que o PET possibilita a participação em atividades que complementam e expandem a graduação, ao colocá-los em contato com experiências que contribuem para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas científicas. Percebe-se, assim, que a experiência junto à tríade dentro das ações do PET, permite que haja uma apropriação cultural do meio acadêmico.

Para os estudantes o programa é colocado na posição de “divisor de águas” quando se trata de pertencimento universitário. Além disso, muitas atividades desenvolvidas levam o conhecimento para além do espaço do PET, fazendo com que não somente alunos/as bolsistas e tutores/as sejam beneficiados/as, mas toda a comunidade interna e externa da universidade se beneficie com os projetos, atividades de extensão e pesquisas elaboradas pelos grupos.

Além disso, estar dentro do programa impactou no empenho dos/as bolsistas quanto à grade curricular, sendo explícita uma melhoria nas suas notas devido ao aumento da bagagem de conhecimento sobre assuntos fundamentais para o curso, conhecimentos estes obtidos através da participação no Programa, segundo os/as participantes.

A descoberta da vida universitária, o aprimoramento de habilidades individuais e o estímulo ao trabalho coletivo poderão influenciar positivamente em atividades pós vida universitária. De fato, observamos que estudantes petianos/as têm obtido êxito no acesso às residências e ao mestrado.

No que tange à busca por melhorias no desempenho acadêmico dos/as bolsistas, pode-se recorrer à ZAGO (2006, p. 234), para pensar a dinâmica do PET: “existe ainda a possibilidade de utilizar computador, internet, espaço físico para estudar, além de estar em contato permanente com a instituição, pois sabemos o quanto essa condição pode representar para a sua vida acadêmica.” Em outras palavras, o espaço físico do PET é também lugar de encontro e de conforto.

O PET é visto como esse território de criação de vínculo, de apoio e afeto, além de dispor de espaço físico privativo, que permite o descanso, o acesso a instrumentos e materiais para estudo, por vezes, em falta nas casas de muitos e muitas, como computador, impressora, dentre outros.

Destacando a importância da tutoria no Programa, alguns/as participantes citaram o PET como promotor de uma relação mais estreita entre professor/aluno. Esta é uma das singularidades do PET, pois os/as bolsistas entram em contato direto com a experiência profissional, recebem orientação sobre como conduzir pesquisas, entre outros. Além disso, a filosofia petiana, que defende uma relação horizontal entre professores/as e alunos/as permite que os/as bolsistas expressem mais suas ideias e percepções, ou seja, que tenham maior autonomia.

A segunda vertente destacada se refere ao aspecto financeiro, essencial para muitos/as bolsistas que veem na bolsa do programa, um meio de permanecer na faculdade, tendo a possibilidade de, além de ser desenvolver academicamente, custear passagens, xerox e alimentação, elementos básicos e essenciais para a subsistência universitária. O PET configura-se também como componente da renda de muitos/as alunos/as, impactando não apenas na vida dos/as estudantes, mas de seus familiares.

Por fim, o PET configurou-se como um espaço essencial para a não desistência da universidade, em períodos de greve e crises financeiras pelas quais passou a UERJ recentemente, o que reafirma a extrema importância do Programa.

Outro ponto importante diz respeito à política afirmativa das cotas. Nesta pesquisa, 36,7% dos participantes afirmam ser cotistas. Como cita Zago (2016), dentre outros aspectos, [...] a adoção de ações afirmativas, como as políticas de cotas sociais e étnicas [...] são movimentos que instituíram novos arranjos no ensino superior.” (p.

147). Assim, na pergunta sobre os impactos da cota na formação, muitos colocam que estas foram o meio de ingresso na universidade e que, sem estas, com a sociedade estruturalmente desigual como é, não conseguiriam ingressar em uma universidade pública.

Cabe aqui destacar que a UERJ é pioneira entre as universidades públicas do país na implementação do sistema de cotas. Essa ação resultou no crescimento do percentual de alunos/as negros/as, de baixa renda e oriundos da universidade pública.

A política de cotas da UERJ é referência nacional, pois de fato não só garante o ingresso na universidade: para além da entrada, há uma tentativa de viabilizar a permanência até o final da graduação destes/as alunos/as, pois todo cotista já ingressa na condição de bolsista. Temos, ainda, como resultado da construção da assistência estudantil da UERJ e das lutas do alunado, em momentos diversos, o acesso a materiais didáticos e até de instrumentos para as aulas práticas, que possuem custo alto, como por exemplo, do curso de Odontologia, o auxílio financeiro que custeia passagens para quem não tem acesso à gratuidade, além de contribuir com a alimentação e com os materiais para estudo, como por exemplo, xerox de textos. Além disso, novamente como conquista das lutas estudantis, ainda que apenas para moradores/as da cidade do Rio de Janeiro, temos o Passe-Livre Universitário.

Em relação a possíveis outros fatores que possam interferir positivamente ou negativamente na permanência universitária, podemos destacar como um dos pontos positivos, a construção do Restaurante Universitário, com refeições a preços acessíveis. Alguns participantes colocam também a qualidade do ensino e dos/as professores/as, assim como um ambiente universitário considerado progressista. A possibilidade de complementar a renda participando de pesquisas, projetos de extensão e monitoria também configura-se como um fator positivo.

O Campus da UERJ Maracanã, local da pesquisa e espaços dos PETs uerjianos, também é citado como um ponto positivo. A localização deste campus com razoável acesso à estação de trem e metrô, fora a circulação de ônibus para diversas regiões e municípios é um elemento que impacta na permanência.

Sobre os horários das aulas há críticas sobre o término no horário da noite, devido à violência urbana. Além disso, a partir de determinada hora, há a interrupção da circulação de alguns transportes, como trens, e muitos/as alunos/as acabam perdendo tempo de aula, pois precisam sair mais cedo. Como elementos que dificultam a permanência foram pontuadas questões relacionadas à professores/as, como o autoritarismo e exigência para com os/as alunos/as.

As greves e paralisações também são citadas pelos/as participantes como aspecto negativo da permanência na universidade. Apesar de serem movimentos legítimos de lutas para a viabilidade de direitos e de defesa do ensino público, podem impactar no tempo para conclusão do curso.

Como ponto negativo estão os atrasos nas bolsas – muito constantes no PET -- que deixam alunos/as muitas vezes sem condições de frequentar a universidade.

BREVES CONCLUSÕES

Segundo nosso estudo, conseguimos perceber que a questão da permanência é um assunto muito pertinente durante todo o percurso da formação estudantil. Zago (2016) analisa que “Se houve progressos na ampliação do acesso ao ensino superior, a permanência dos alunos nesse nível de ensino é ainda problemática” (p. 147), tanto devido a questões relativas à renda, bem como pelas dificuldades de acompanhamento das disciplinas, não identificação com o curso ou com a universidade, por exemplo. Há muito empenho estudantil para acesso à universidade. Por isso, pensar ações que permitam a permanência é fundamental.

Portanto, é relevante destacar que pesquisas como a nossa reafirmam os impactos positivos dos grupos PETs na permanência nas universidades, o que sinaliza ainda mais a importância da existência do Programa e o quanto é necessário que seja defendido em tempos de desmonte das políticas públicas voltadas para a Educação.

Programas como o PET dão nova roupagem ao ensino superior brasileiro, tornando-o mais diverso, plural e comprometido com a qualidade. A permanência estudantil ainda é um desafio que demanda estudos e políticas públicas, especialmente, neste momento de pandemia e de enfrentamento das sequelas deste processo.

O PET existe, porque resiste.

Referências bibliográficas

FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001

LIMA, Katia Regina. Reformas na Educação Superior nos anos da contrarrevolução neoliberal. De FHC e Luiz Inácio Lula da Silva. São Paulo, Xamã, 2007

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. PPG Educação UFBA, 2009. Disponível em [RI UFBA: Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa](#)

SEKI, Allan Kenji. Contribuições sobre a financeirização do Ensino Superior no

Brasil. In: PEREIRA, Larissa Dahmer e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e Educação. Uberlândia: Editora Navegando, 2020

SHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o Autoritarismo. SP, Cia das Letras, 2019

[1] Apresentamos os dados da pesquisa em nosso INTRAPET (Encontro dos PETs da UERJ) ocorrido em junho de 2021, remotamente.

[2] Importante destacar que o PET Serviço Social iniciou seleção de bolsistas com reserva de vagas para cotistas raciais em 2019. Em 2020 ampliamos a oferta de vagas reservadas para cotas, incluindo o grupo LGBTQIA+. Essa experiência será contada em artigo sobre o tema.

[3] Segundo o IBGE, famílias com rendimento total mensal entre 2 e 4 salários mínimos (valor atual, em 2021 de R\$ 1.100,00).

[4] Aqui trabalhamos com a categoria classe social que não está relacionada ao formato acima sinalizado. Falamos, portanto, de famílias trabalhadoras, urbanas. Fizemos essa sinalização sobre a “classe D” pela questão do poder aquisitivo e do consumo.

Referências bibliográficas

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. PPG Educação UFBA, 2009. Disponível em [RI UFBA: Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa](#)

SEKI, Allan Kenji. Contribuições sobre a financeirização do Ensino Superior no Brasil. In: PEREIRA, Larissa Dahmer e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e Educação. Uberlândia: Editora Navegando, 2020

SHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o Autoritarismo. SP, Cia das Letras, 2019

ZAGO, Nadir. Do acesso á permanência no Ensino Superior. Percurso de estudantes universitários de camadas populares. In: Revista Brasileira de Educação. Vol 11, no 32, 2006. Disponível em [SciELO - Brasil - Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares](#) acesso em 12/03/2022

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários das camadas populares. São Paulo: ANPED, Revista Brasileira de Educação, vol 11. n 32, maio-jun, 2006

ZOCCOLI, Marilise M. de S. Educação superior brasileira: política e legislação. Curitiba: IBPEX, 2009.